



Pelo nosso futuro, o futuro da Educação e da Escola Pública.



PODEMOS CONFIAR NO ME?

O ME João Costa que em inícios de agosto de 2018 (quando era Sec. Estado) garantia que a portaria que mudou profundamente as regras dos Conselhos de turma: “Não era nenhuma reação à greve”.

O ME que nas recentes (e injustas) alterações à MpD dizia que ninguém ficaria prejudicado (que cada caso seria “analisado individualmente”) e depois milhares de colegas tiveram uma resposta negativa «chapa 5».

O ME que na recente Conferência de Imprensa (CI) defendeu a seriedade dos diretores escolares porque são “professores”, no entanto, «ameaçou» com 7 500 juntas médicas lançando suspeitas sobre a honestidade de milhares de professores.

O ME que faz de emergência uma CI inédita sobre “fake news”, mas não o faz prontamente quando Profissionais da Educação são brutalmente agredidos nas Escolas ou quando a classe docente é caluniada nos media.

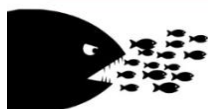
Todos os Professores têm, ao longo dos anos, sido desconsiderados e roubados nos seus direitos, o que se tem traduzido na perda do poder de compra, desvalorização das carreiras, desmotivação e exaustão destes profissionais essenciais, o que prejudica igualmente as nossas crianças e jovens. A sobrançeria/indiferença com que foram recebidos os sucessivos alertas dos professores para a degradação das condições de trabalho e do funcionamento da Escola Pública demonstra bem o desrespeito do Governo e dos seus Ministros da Educação (ME) para com aqueles que tantas palmas e elogios receberam na pandemia. Os atropelos ao Estatuto da Carreira Docente, conquistado pelos professores em lutas justas pela dignidade da profissão, têm-se sucedido e as “novas” medidas são mais um duro golpe.

No início de novembro, o ME apresentou as suas propostas para o regime de recrutamento e de gestão de professores, concretizando um dos maiores ataques aos professores, ao seu futuro, ao futuro da Escola Pública e da Educação.

Apesar da recente Conferência de Imprensa (CI) do ME e Secretário de Estado, onde se apresentaram com um discurso justificativo (será com receio da greve inédita com início a 9 de dezembro que está a mobilizar cada dia mais docentes por todo o país?) e aparentemente mais “suave”, efetivamente não houve qualquer desmentido sobre as propostas concretas que o ME apresentou na reunião de 7 de novembro (ver imagem da página seguinte).

Num futuro muito próximo, se não lutarmos agora, avizinha-se que sejam os diretores (a partir de estruturas de “Conselho Local de Diretores” intermunicipal) a recrutar professores (efetivos e/ou contratados) com base em “perfis” e/ou critérios altamente subjetivos. Isso não foi desmentido de todo na CI. Se deixarmos esta proposta avançar, poderá ser o primeiro passo no sentido de um injusto processo de municipalização (que envolve já o pessoal não docente), o que além de potenciar ainda mais as assimetrias regionais e sistemas opacos de recrutamento, não teve a concordância nem dos Professores, nem da maioria dos municípios.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!



SindicatodeTodos
osProfessores



O ME, primeiro com os QZP, DACL e colegas contratados, inicia este processo numa lógica antiga de “dividir para reinar” e, quando existirem os mapas de docentes, bastará um pequeno passo para que todos, independentemente do seu vínculo, tempo de serviço, graduação, entre outros critérios, passem a fazer parte dum sistema que fomenta a precariedade, a instabilidade, a submissão ao poder, uma ainda maior desvalorização da carreira, levando a Escola Pública de qualidade, e para todos, ao seu fim.

Para que não restem dúvidas, deixamos as ideias, tal como nos foram apresentadas pelo ME:

MAPAS DE DOCENTES

PROVIMENTO LOCAL

O provimento, através de concurso interno (quinquenal), faz-se prioritariamente em:

MDAE/MDEnA – Mapas Docentes de Agrupamento de Escolas/EnA/EP/AE e supletivamente em

MDI – Mapas Docentes Interconcelhios

GESTÃO LOCAL

A gestão dos recursos humanos docentes (DACL e/ou necessidades transitórias) articula os MDAE/EnA com o respetivo MDI. A afetação (distribuição de serviço) é feita pelo Conselho Local de Diretores dos AE/EnA do MDI.

Retirado da apresentação eletrónica (página 5) do Ministério da Educação (7 nov 2022)

A conceito “inovador” de mapas de docentes interconcelhios e a “gestão dos recursos humanos docentes” ser feita por um “Conselho Local de Diretores dos AE/EnA do MDI”, apresentados na reunião a 7 de novembro com os sindicatos, baseiam-se em princípios dúbios onde será possível grandes arbitrariedades em processos opacos, incluindo na afetação dos professores.

Defendemos que, para dignificar e valorizar a classe docente, é fundamental estarmos todos juntos para lutarmos pelos direitos mais básicos como trabalhadores, pela Escola Pública e por uma Educação de qualidade para os nossos alunos!

Porque

recusamos:

- × **Municipalização (pessoal não docente ou docente)**
- × **Conselho Local de Diretores Intermunicipal**
- × **Recrutamento e gestão por perfis e mapas interconcelhios**
- × **Brutal perda de poder de compra**
- × **Roubo do tempo de serviço docente**
- × **Avaliação injusta e com quotas**
- × **Quotas para acesso a 5º e 7º escalões**
- × **5º e 7º escalões diretos apenas para professores doutorados**
- × **Ultrapassagens na carreira e nos concursos**
- × **Excesso de trabalho burocrático e indisciplina/violência escolar**
- × **Gestão escolar não democrática**
- × **Exclusão da CGA para a SS**
- × **Professores lesados da Seg. Social**
- × **Aposentação com penalizações insustentáveis**
- × **Alteração das regras da MpD**
- × **Entre outros...**

GREVE POR TEMPO

INDETERMINADO

Início a 9 de dezembro 2022

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!



SindicatodeTodos
osProfessores

